



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013210-62.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
Requerente: **Felipe Moreira Assaf**
Requerido: **Angelina Mogio Marques**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de veículos.

A preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* arguida em contestação pela ré não merece prosperar.

Isso porque ela própria reconheceu sua condição de proprietária do veículo que colidiu contra o dirigido pelo autor, circunstância que por si só a habilita a figurar no polo passivo da relação processual.

Nesse sentido já se posicionou o Colendo Superior Tribunal de Justiça:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

“Em matéria de acidente automobilístico, o proprietário do veículo responde objetiva e solidariamente pelos atos culposos de terceiro que o conduz e que provoca o acidente, pouco importando que o motorista não seja seu empregado ou preposto, ou que o transporte seja gratuito ou oneroso, uma vez que sendo o automóvel um veículo perigoso, o seu mau uso cria a responsabilidade pelos danos causados a terceiros. Provada a responsabilidade do condutor, o proprietário do veículo fica solidariamente responsável pela reparação do dano, como criador do risco para os seus semelhantes.” (REsp. nº 577902 - DF, rel. Min. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

Rejeito a prejudicial suscitada, pois.

No mérito, é incontroverso que o embate noticiado se deu porque o veículo de propriedade da ré atingiu a traseira do conduzido pelo autor.

A ré não refutou tal dinâmica fática, mas ressaltou que o evento teve vez porque um outro automóvel bateu contra a traseira do seu.

O próprio autor admitiu que isso sucedeu quando elaborou o Boletim de Ocorrência de fls. 11/13 e consignou:

"Eu estava trafegando pela Av. São Carlos com o veículo Jetta placa GHH-2955 em baixa velocidade quando fui atingido no para-choque traseiro pelo veículo Peugeot Partner placa DZV-5847 que por sua vez também foi atingido na traseira pelo veículo Peugeot 408 placa FHJ-9293. O condutor do veículo Peugeot 408 placa FHJ-9293 alegou que não conseguiu frear a tempo, vindo a atingir o veículo Peugeot Partner placa DZV-5847, que por sua vez atingiu meu veículo, causando danos na parte traseira e lateral direita do meu veículo" (fl. 13 – grifei).

A mídia amealhada pelo autor também vai na mesma direção.

Fica patente a partir do quadro delineado que o evento disse respeito a verdadeiro engavetamento entre três veículos, de sorte que a improcedência da ação é de rigor.

Nos termos dos artigos 186 e 927, ambos do Código Civil, o dever de indenizar surge da conduta culposa causadora de dano, mas na hipótese vertente não restou cristalizada a culpa do condutor do veículo da ré.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Ele agiu da mesma maneira que o autor, detendo a marcha do veículo que dirigia, mas ao ser colhido na traseira o mesmo foi lançado à frente para abalroar o do autor.

Não se entrevê, portanto, em que poderia ter consistido a responsabilidade da ré.

A jurisprudência orienta-se nesse sentido:

“ACIDENTE DE TRÂNSITO. Indenização. Teoria do Corpo Neutro. Aplicabilidade. Batida em sequência envolvendo três veículos. Em caso de engavetamento considera-se culpado o motorista que deu causa a todo o evento e não o motorista do veículo que imediatamente colidiu com que estava à sua frente, contra o qual foi projetado. Nessa hipótese, resta aos prejudicados demandarem diretamente contra o causador do fato. Assim sendo, não merece ser acolhido pedido formulado por um dos prejudicados contra o outro, uma vez que este não agira com culpa em qualquer das modalidades. Recurso desprovido” (TJSP, Ap. n. 0 012756-45.2011.8.26.0361, Rel. Des. JÚLIO VIDAL j. 28.05.2013).

De igual modo: RT 794/295 e 508/90.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que de algum modo pudessem concretamente levar à responsabilidade da ré, conduz à rejeição da pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 18 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**